

Devedores devem pedir soluções de emergência

Ao final da reunião do Consenso de Cartagena que está sendo realizado em Montevideu, os países latino-americanos deverão, pela primeira vez, propor aos países credores uma série de medidas de emergência destinadas a impedir a continuidade da atual drenagem de divisas a que estão sujeitos.

Os indícios de que isso vai acontecer, segundo nosso correspondente Hugo Martinez, são vários. Já no discurso inaugural do Consenso Cartagena, o presidente uruguaio Júlio María Saguinetti mencionou a necessidade de implementar "medidas de emergência" para enfrentar o problema da dívida externa. O chanceler argentino Dante Caputo disse praticamente a mesma coisa pouco depois. Por sua vez, o chanceler brasileiro, Olavo Setúbal, reconheceu que a reunião de Montevideu pode produzir "medidas espetaculares", enquanto o chanceler do México, Bernardo Sepúlveda, admitiu que estão em consideração medidas excepcionais para superar o grave momento que vive o continente.

Ao mesmo tempo, o delegado de um dos países protagonistas do encontro lembrou que "pela primeira vez nas reuniões do Consenso de Cartagena se prevê uma decisão enérgica já nos momentos iniciais". Segundo ele, "o plano de emergência que apresentaremos no final será consequência de um acordo a que se chegou previamente e que resume a situação dramática da região, esgotada pela grande drenagem de divisas imposta pelo pagamento da dívida externa. Concretamente, o plano de emergência consistirá em um solução imediata a prática para estancar essa sangria. Significa, adicionalmente, uma recusa ao Plano Baker, embora não de forma direta ou agressiva, mas sim apontando-se sua insuficiência e ineficácia. Uma forma diplomática de dizer que o Plano Baker simplesmente não serve", disse a fonte.

Uma das propostas a serem levadas em consideração em Montevideu é a do Peru, que sugeriu a fixação de um determinado percentual das divisas obtidas com exportação para o pagamento da dívida. O presidente peruano Alan García fixou essa porcentagem em 10% da receita com exportações, mas a delegação peruana propõe que se adote apenas a decisão de se fixar um nível, dando liberdade a cada país para fixar o percentual exato de que pode dispor.

Qualquer que sejam as propostas finalmente aprovadas, porém, o certo é que o Consenso de Cartagena parece ter chegado a um ponto em que se tornou necessário um salto qualitativo. Para muitos observadores, o consenso já se transformou num clube de devedores dispostos a pagar suas dívidas, mas no devido tempo. Um clube que se transformou num interlocutor válido dos credores e está preparado para adotar medidas de ordem continental.